

A violência para com as pessoas LGBT: uma revisão narrativa da literatura

Violence to LGBT people: a narrative review of literature

DOI:10.34119/bjhrv4n3-327

Recebimento dos originais: 04/02/2021

Aceitação para publicação: 01/03/2021

Marceli Gomes

Graduanda do curso de Enfermagem
Faculdade Integrada de Santa Maria. FISMA
Endereço: R. José do Patrocínio, 26 - Centro, Santa Maria - RS, 97010-260
E-mail: marceli.gomes@yahoo.com.br

Tainara Gautier Brum

Graduanda do curso de Enfermagem
Faculdade Integrada de Santa Maria. FISMA
Endereço: R. José do Patrocínio, 26 - Centro, Santa Maria - RS, 97010-260
E-mail: tainara.gautier@hotmail.com

Bruna Pase Zanon

Prof.^a Enf.^a Dr.^a pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
Instituição: Faculdade Integrada de Santa Maria/RS.
Endereço: R. José do Patrocínio, 26 - Centro, Santa Maria - RS, 97010-260
E-mail: bruna.zanon@fisma.com.br

Simone Xavier Moreira

Dr.^a pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
E-mail: simonexmoreira@gmail.com

Elenir Terezinha Rizzetti Anversa

Prof.^a Enf.^a Ma. pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS
Faculdade Integrada de Santa Maria- FISMA
E-mail: elenir.anversa@fisma.com.br

RESUMO

Introdução: No Brasil, nota-se que o preconceito representa os estereótipos idealizados pelas crenças enraizadas na sociedade. As pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros são as que mais sofrem discriminação por sua orientação sexual e identidade de gênero, o que as torna mais suscetíveis a vários tipos de violência, interferindo no processo de saúde-doença dessa população. Objetivo: Conhecer os tipos de violência mais frequentes contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, de acordo com as publicações científicas da área da saúde, e verificar quem são os principais agressores dessa população. Metodologia: Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, para a qual se efetuou uma busca sistematizada, utilizando artigos extraídos por meio da Biblioteca Virtual em Saúde, da Base de Dados de Enfermagem e da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, aos quais foram

aplicados os critérios de inclusão e exclusão, totalizando treze estudos. Para a análise dos estudos, utilizou-se o referencial teórico de Bardin. Resultados: Com base nos achados e, a partir dos estudos, foram evidenciadas duas categorias: “Violência à população lésbicas, gays, bissexuais e transexuais: dor e sofrimento” e “Violência à população lésbicas, gays, bissexuais e transexuais: os causadores da dor e sofrimento”. Identificou-se que o preconceito, a violência de gênero simbólica, física, psicológica e sexual são as mais reproduzidas para com a população lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, geradas, principalmente, por familiares, religiosos, mercado de trabalho, profissionais de saúde, sociedade, policiais, políticos, formuladores de políticas públicas, adolescentes e estudantes. Conclusão: As consequências oriundas das violências acometidas a lésbicas, gays, bissexuais e transexuais no Brasil, manifestam-se nos diversos espaços sociais e há uma assistência ineficiente dos serviços de saúde destinados a essa população.

Palavras-chave: Pessoas LGBT, Violência, Agressores, Enfermagem, Cuidado.

ABSTRACT

Introduction: In Brazil, it is noted that prejudice represents the stereotypes idealized by beliefs rooted in society. Lesbian, gay, bisexual, transvestite, transsexual and transgender people suffer the most discrimination for their sexual orientation and gender identity, which makes them more susceptible to various types of violence, interfering in the health-disease process of this population. **Objective:** To know the most frequent types of violence against lesbians, gays, bisexuals, transvestites, transsexuals and transgenders, according to scientific publications in the health field, and to verify who are the main aggressors of this population. **Methodology:** This is a narrative literature review, for which a systematic search was carried out using articles extracted from the Virtual Health Library, Nursing Database and Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences, to which the inclusion and exclusion criteria were applied, totaling thirteen studies. Bardin's theoretical framework was used to analyze the studies. **Results:** Based on the findings and, from the studies, two categories were evidenced: "Violence to the lesbian, gay, bisexual and transgender population: pain and suffering" and "Violence to the lesbian, gay, bisexual and transgender population: the causers of pain and suffering". It was identified that prejudice, symbolic, physical, psychological and sexual gender violence are the most reproduced towards the lesbian, gay, bisexual, transvestite, transsexual and transgender population, generated mainly by family members, religious people, the labor market, health professionals, society, police officers, politicians, public policy makers, adolescents and students. **Conclusion:** The consequences of violence against lesbians, gays, bisexuals and transsexuals in Brazil manifest themselves in various social spaces and there is inefficient assistance from health services for this population.

Keywords: LGBT people, Violence, Aggressors, Nursing; Care.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil está arraigado por inúmeras crenças, as quais, por sua vez, representam nos indivíduos os estereótipos de acordo com suas ideologias, o que torna notório o preconceito com determinadas situações da sociedade (BRASIL,2013). A discriminação

por orientação sexual e identidade de gênero advém da determinação social, interferindo no processo saúde-doença, acarretando sofrimento e adoecimento decorrentes do preconceito e do estigma social à população LGBT (BRASIL, 2013).

Segundo Souza et al. (2015), as pessoas LGBT são as mais propensas a sofrerem preconceitos, discriminação e violências. As identidades de gênero contrapõem-se àquelas impostas pelos padrões heteronormativos reconhecidos pela sociedade e também à lógica hegemônica de sexo biológico como determinante da identidade de gênero, desse modo, qualquer pessoa que extrapole a lógica binária e dicotômica é considerada conflitante (BRASIL, 2015).

O Ministério da Saúde (MS), frente à complexidade e às necessidades das questões da população LGBT, implementou, em 2011, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, de modo transversal e intersetorial, relacionada à produção de conhecimento, participação social, promoção, atenção e cuidado para o enfrentamento das inequidades e ações para evitar a discriminação e a violência (BRASIL, 2013).

Segundo Leal et al. (2018), a população LGBT é acometida com discriminação devido à orientação sexual e à identidade de gênero, o que a torna mais suscetível aos mais variados tipos de violências. Entretanto, é baixíssimo o número de notificações que contenham as informações que possam identificar como vítimas essas pessoas.

Destaca-se também que alguma manifestação sexual oposta aos padrões heteronormativos pode acarretar em consequências bastante contundentes de violência física, psicológica, sexual, econômica/financeira e institucional. A população LGBT não raramente é vítima de ameaças, humilhação, chantagens, insistência de mudança de comportamento, exploração, crítica pelo desempenho sexual, proibição de participação na sociedade, entre outros (BRASIL, 2002).

Evidências mostram que o perfil predominante de violência contra pessoas LGBT é a psicológica, sendo, a ação mais prevalente, os insultos por parte dos agressores localizados longe da vítima. Os principais agressores são pessoas desconhecidas e as reações físicas são as principais formas de reação (ALBUQUERQUE et al., 2016). Ao mesmo tempo em que a família é o núcleo de cuidado na rede de apoio, em certos momentos também é cenário de geração e reprodução de formas de violência (BRAGA et al., 2018).

No que tange à saúde coletiva, a violência envolve um conjunto de ações e acontecimentos que são manifestados a partir de apreensões humanas. Nesse sentido, apesar de não ser um problema específico da área de saúde, a violência liga-se

diretamente à referida área (SOUZA et al., 2015). Para Silva et al. (2018), no âmbito da assistência dos profissionais de enfermagem à população LGBT, essa é prestada de forma pouco efetiva em detrimento da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Ademais, a consequência dessa averiguação somada ao não entendimento do conceito de diversidade sexual, resulta em ineficiência à assistência a essa população.

Destarte, diante do que foi exposto, tem-se como questão de pesquisa: Quais as publicações científicas acerca da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros?

2 METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão narrativa da literatura (RNL) é a maneira mais tradicional de sintetizar o conhecimento, pois é possível utilizar-se de bibliografias originadas de diversos meios, os quais podem ser livros, sites, revistas, vídeos, anais de eventos, entre outros. Desse modo, a revisão narrativa da literatura possibilita caracterizar as produções sobre determinados assuntos e seu propósito é fomentar os trabalhos científicos (BRUM et al., 2016).

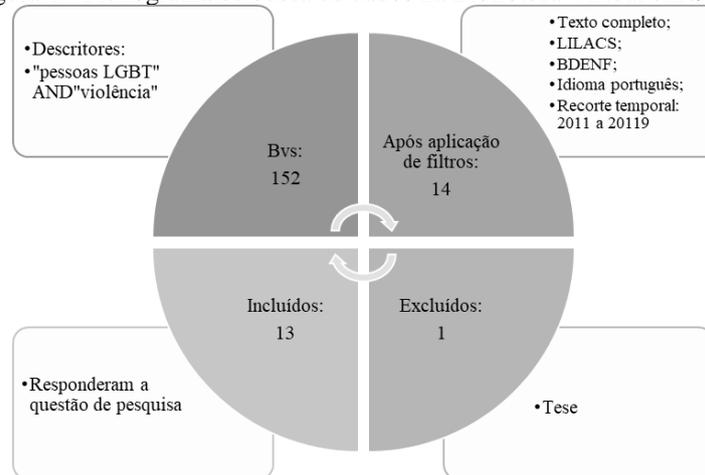
Para Minayo (2012, p. 2), a pesquisa de natureza qualitativa “faz a análise das expressões humanas presentes nas relações, nos sujeitos e nas representações”. A autora ainda cita que “para fundamentar a investigação qualitativa, a análise deve conter: o substantivo da experiência, senso comum, ação social, vivência e os verbos interpretar e compreender” (MINAYO, 2012, p. 2). Exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro é sinônimo de compreensão, uma vez que, como seres humanos, possuímos condições de exercitar esse entendimento (MINAYO, 2012).

Neste estudo, foi realizada uma busca de dados (Figura 1) através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados em Enfermagem (BDENF). Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados foram “pessoas LGBT”; “violência” e o operador booleano “and”, os resultados somaram-se em 152 referências.

Os critérios de inclusão considerados foram os estudos primários no idioma português, na íntegra e com acesso gratuito. Em contrapartida, foram excluídos dissertações, monografias, teses, anais de eventos, livros, capítulos de livros e outras revisões. Após aplicação de filtros, resultaram 14 estudos e apenas 1 foi excluído, por se tratar de uma tese.

Os estudos selecionados encontram-se em um recorte temporal no período dos anos de 2011 a 2019, uma vez que foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), pela Portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011.

Figura 1 - Fluxograma de busca de dados na Biblioteca Virtual em Saúde



Fonte: Autoras (2020).

Os estudos selecionados foram inseridos em quadro sinóptico com o objetivo de organizar os resultados. Estes, obtidos na coleta de dados, foram analisados conforme o que foi preconizado para a análise de conteúdo, segundo Bardin. Para Bardin (2016), essa análise consiste em três fases: a pré-análise, a descrição e a interpretação referencial.

Na fase da pré-análise, a seleção dos artigos ocorreu por meio da BVS, utilizando-se os critérios de inclusão e exclusão, após realizada a leitura do título e do resumo do texto. Respectivamente à leitura flutuante, houve a escolha dos documentos que responderam à questão de pesquisa e ao objetivo.

Já na segunda fase, restrita a exploração do material, os textos foram lidos na íntegra. Desse modo, organizou-se as informações através de quadro sinóptico para responder à questão de pesquisa: “quais os tipos de violência e quem são os agressores contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros?”. Para tanto, construíram-se as unidades de registro, por repetição e/ou semelhança. Foram identificadas seis unidades de registro de “tipos de violência”, as quais são: preconceito; violência de gênero, simbólica, física, psicológica e sexual. Referente às unidades de registro de “quem são os agressores”, encontrou-se dez unidades de registro.: familiares, religiosos, mercado de trabalho, profissionais de saúde, sociedade, policiais, políticos, formuladores de políticas públicas, adolescentes e estudantes.

Na terceira e última fase, realizou-se o tratamento dos dados dos treze estudos através do quadro sinóptico, destacando-se as unidades de registro, de modo que foi possível criar duas categorias: “Violência à população LGBT: dor e sofrimento” e, “Violência à população LGBT: os causadores da dor e do sofrimento”.

No que se refere aos aspectos éticos, foi observado rigorosamente o que prevê a Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, a qual dispõe acerca da alteração, atualização e consolidação da legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Nesse âmbito, foram respeitadas as normas e citações da ABNT NBR 14724, cujo objetivo é especificar os princípios dos trabalhos acadêmicos visando sua apresentação à instituição (ABNT, 2011).

Os estudos selecionados foram identificados pela letra A (artigo) e numerais em ordem crescente (1, 2, 3...), a fim de manter a identificação dos autores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos estudos, obteve-se os seguintes resultados com relação ao ano de publicação: oito artigos foram publicados em 2019, totalizando 62 %; dois em 2018, totalizando 15%; dois em 2017, totalizando 15% e um em 2013, totalizando 9%. Referente à plataforma de vinculação: onze dos artigos foram publicados na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), totalizando 84,6%, e três na Base de Dados em Enfermagem (BDENF), totalizando 23%.

No que tange às revistas em que os artigos estão publicados: cinco foram publicados na Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, totalizando 36%; dois na Revista de Enfermagem UFPE, totalizando 14% e, um artigo em cada uma das revistas a seguir: Revista Sexualidad, Salud e Sociedad; Revista Psicologia: Ciência e Profissão; Revista Enfermagem UERJ; Revista Temas em Psicologia; Revista Psicologia Política e Revista Psicologia USP), totalizando 7%.

No que concerne ao tipo de metodologia utilizada nos artigos selecionados, 100% dos estudos são qualitativos.

Após o processamento e a análise dos dados, identificaram-se as seguintes categorias: Violência à população LGBT: dor e sofrimento e Violência à população LGBT: os causadores da dor e do sofrimento, as quais serão discutidas a seguir.

VIOLÊNCIA À POPULAÇÃO LGBT: DOR E SOFRIMENTO

A categoria foi composta pelos artigos A1 (CASSAL; BELLO; BICALLO, 2019),

A2 (ARAÚJO et al., 2019), A3 (BRAGANÇA, 2019), A4 (ROGRIGUES; SILVA; ARAÚJO, 2019), A5 (FEITOSA, 2019), A7 (LEAL; MENDONÇA, 2019), A8 (MEDEIROS, 2019), A9 (MONGIOVI; ARAÚJO; RAMOS, 2018), A10 (MONGIOVI et al., 2018), A11 (APÓSTOLO; MOSCHETA; SOUZA, 2017), A12 (PEREIRA, 2017) e A13 (GARCIA, 2013), que constituem o corpus deste estudo. Percebe-se as violências à população LGBT, quais sejam: preconceito, violência de gênero, simbólica, física, psicológica e sexual.

Nos estudos A1, A2, A3, A5, A8, A11 e A12, demonstra-se a violência e o preconceito à população LGBT. Segundo A3, em meados dos anos 1980, com a epidemia do Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/Aids), o preconceito e os estigmas potencializados pela associação da AIDS com a homossexualidade geraram reações violentas da sociedade, exemplo disso são as capas de jornal mostradas no documentário Temporada de Caça: “Delegado compara atentados contra travestis com a moda de atirar bolinhas de gude nas vitrines das lojas” e “Comando anti-gay faz a sétima vítima” (A3).

Segundo a Política Nacional da AIDS, a epidemia não acomete uniformemente a todos, e tampouco se distribui igualmente dente as regiões do país. Dessa forma, no que diz respeito à problemas de saúde, esses estão profundamente relacionados a problemas sociais, como: desigualdades, estigmas, preconceitos e comparações com a pedofilia, visto que, a sociedade preconceituosa e heteronormativa, compreende que uma família homoconjugal é inadequada ao exercício parental, e isso afeta em situações de trabalho e família (A1, A12).

Os autores de A1 identificaram que a heteronormatividade é considerada como referência para o comportamento humano, por conseguinte, as manifestações desviantes são compreendidas como desrespeito aos “padrões considerados de normalidade”. O preconceito estigmatizado aos homossexuais associa-os a condições patológicas, a exemplo disso, a Portaria do Ministério da Saúde (MS) nº 158/2016, que utilizava como critério para doação de sangue a exigência ao doador da abstinência de práticas sexuais entre homens por 12 meses (A1). Entretanto, houve julgamento via sessão virtual, realizada de 1º a 8 de maio de 2020, na qual, “por maioria de votos (7x4)”, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucionais os dispositivos de normas do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que excluía do rol de habilitados para doação de sangue os “homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes nos 12 meses antecedentes”

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020).

Com o intuito de descrever e analisar o cuidado às lésbicas, por enfermeiras e médicos, no campo da saúde sexual e reprodutiva, na Atenção Primária em Saúde (APS) no município do Rio de Janeiro, verificou-se que a discriminação, no que tange aos atendimentos, é resultante do preconceito. De acordo com depoimentos de enfermeiras e médicos, reafirmou-se que as consultas realizadas são apoiadas na heteronormatividade, subentendendo-se que a cliente é heterossexual (A2).

As autoras constaram que é pouco frequente a prática de abordar e registrar a orientação sexual e a identidade de gênero nos prontuários clínicos e em todos os documentos do Sistema Único de Saúde (SUS). Além do mais, os profissionais classificam como lésbicas as mulheres com estereótipo de gênero masculino, mesmo quando elas informam que são casadas com homens (A2).

No que concerne ao estudo realizado sobre os fragmentos da babadeira história drag brasileira, em A3 evidenciou-se que as drag queens viveram continuamente um apagamento histórico, fruto do preconceito oriundo, inclusive, da própria comunidade LGBT. Ademais, atualmente, os exemplos de preconceitos ainda são abundantes em decorrência da eleição de um presidente envolvido em diversas polêmicas sobre os variados preconceitos existentes, como os cercamentos da população LGBT no Rio de Janeiro, por meio de uma política religiosa (A3).

Segundo A5, os Centros de Referência LGBT, em termos de políticas Públicas, são uma das principais linhas de ação do Programa “Brasil Sem Homofobia”. Estes locais orientam, encaminham e acompanham usuários/vítimas de discriminação LGBTfóbica. Além disso, identifica-se a indigência de políticas públicas que estejam atentas às especificidades de cada grupo específico dessa população, pois comumente são caracterizados como semelhantes (A12).

Desse modo, o conceito de LGBTfobia institucional deve ser recuperado, o qual trata-se do modo como as instituições e seus agentes reproduzem condutas discriminatórias contra a população LGBT. A exemplos de LGBTfobia institucional, o estudo apresenta o caso de um jovem que foi assassinado em Recife por motivação homofóbica e a delegada que assumiu o caso simplesmente concluiu que o jovem foi morto porque estava em local de pegação e por estar indiretamente envolvido com drogas; além da baixa resolução dos casos por parte das investigações policiais na cidade do Rio de Janeiro, motivados por fatores como gênero e classe social, os quais colocam as travestis entre os grupos socialmente mais desfavorecidos (A5).

Os relatórios de violências contra LGBTs demonstram que os crimes de ódio motivados por preconceito às orientações sexuais e identidades de gênero revelam um alto número de mortes de LGBTs e que, comumente, as próprias autoridades culpam as vítimas e/ou não reconhecem os crimes como de ódio (A8).

O estudo A1 aponta que religiosos argumentam contra leis anti-homofobia por acreditarem que irão cercear sua liberdade de crença e expressão, e intercedem ao direito de promover tratamentos que revertam a pessoa homossexual para heterossexual.

A partir de um encontro do grupo de facilitação de diálogo sobre o tema da violência à população LGBT, foi possível caracterizar algumas situações de preconceito vivenciadas pelos participantes, como mudar-se para uma “cidade grande” e deparar-se com a violência contra LGBTs ou, ainda, encontrar-se sem coragem ou relutante para expressar um comportamento em sociedade, como um beijo em público, por perceber que a sociedade o oprime (A11).

Inicialmente, a “homofobia” referia-se a um estado mental de aversão contra pessoas LGBT (A2) e, com o passar dos anos, incorporou um conjunto mais amplo de preconceitos e discriminações, que tornam essa população mais vulnerável, influenciando, então, as políticas públicas voltadas às pessoas LGBT. O conceito de “homofobia” tem um histórico internacional e é desenvolvido desde a década de 1960, ademais, se tornou importante para a descrição de preconceitos contra a população LGBT na década de 1990.

Em um estudo realizado no Paraná acerca da Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT), foram identificados o preconceito e o estigma como fatores na determinação social da saúde e no processo de sofrimento e adoecimento dessa população. Nesse âmbito, tal violência promove a negação ao cuidado, à assistência inadequada e ao tratamento ofensivo (SILVA et al., 2020).

De acordo com Pinto et al. (2020), na capital do Nordeste brasileiro foram investigados 15 agentes comunitários de saúde (ACS) no tocante ao cuidado em saúde à população LGBT e verificou-se que há estigma e preconceito na assistência à saúde, uma vez que os profissionais carregam concepções tradicionais e heteronormativas para seu trabalho.

No que tange à violência de gênero, a heteronormatividade vincula-se às convenções de gênero e sexualidade, que têm como características desiguais a superioridade masculina e a subordinação daqueles compreendidos como não masculinos.

Pessoas que são acometidas por crimes de ódio, comumente, fazem parte de um grupo social “inferior”, seja por sua nacionalidade, religião, gênero, raça ou sua sexualidade (A8).

Para A1, angústia e efeitos psíquicos de sofrimento acometem sujeitos divergentes à heteronormatividade devido à ação social estigmatizante a um contexto político preconceituoso sobre gênero e sexualidade. Os autores ainda apontam que há evidências de tentativas de reorientação da homossexualidade, desconsideração da diversidade sexual, repressão da expressão das sexualidades, comumente associando homossexualidades e expressões de gênero à ideia de pecado (A1).

Entre os anos de 1972 e 1976, um grupo artístico brasileiro, os “Croquettes”, no qual os atores faziam uso de maquiagens carregadas e trajes femininos durante as apresentações, teve o espetáculo censurado pelo regime militar devido a esse antagonismo de gênero. Atualmente, é possível observar um crescimento de políticas conservadoras no Brasil, especialmente acerca das discordâncias de sexualidade e gênero, a exemplo disso, a escandalização relativa à arte e à sexualidade e à polêmica envolvendo a visita da drag Femmenino a uma escola infantil (A3).

Verifica-se a violência de gênero ao analisarmos os modos como jornais brasileiros narram e produzem a visualidade de violências contra a mulher cisgênero e heterossexual e contra pessoas LGBT, pois de um lado observam-se noticiários contidos, textos visuais vagos e genéricos; e por outro, narrativas detalhistas e sangrentas. Isso ocorre devido às especificidades das relações de gênero e de sexualidade referentes às mulheres e às pessoas LGBT (A7).

Constatou-se, em estudo acerca da vivência da homofobia sobre a saúde dos adolescentes de acordo com seu gênero que, adolescentes com atração sexual pelo mesmo sexo e em não conformidade de gênero são considerados mais vulneráveis a insultos homofóbicos; que adolescentes do sexo masculino são mais pressionados a ter uma expressão de gênero restrita e são atacados se percebidos como fora dos padrões; e que adolescentes do sexo feminino são o maior alvo de bullying, com maior vitimização entre os adolescentes homossexuais (A9).

Através de oficina realizada com adolescentes em Recife, Pernambuco, em 2016, foram debatidos os estereótipos de masculinidade e feminilidade, a definição de papéis sociais e uma ampla reflexão sobre a construção social de gênero. Dessa forma, nota-se que a discriminação motivada pela orientação sexual e pela identidade de gênero incide na determinação social de saúde, caracterizando-se como uma realidade social de estigma

e preconceito, com implicações sobre a saúde dos adolescentes (A10).

Para tanto, ao término do ano de 2018, o Ministério dos Direitos Humanos brasileiro desenvolveu um relatório que explicitou que 8.027 indivíduos LGBT foram mortos no país entre os anos de 1963 e 2018 em virtude de orientação sexual ou identidade de gênero dicotômicas ao padrão heteronormativo (MENDES; SILVA, 2020).

Os artigos A2, A4 e A8 falam sobre a violência simbólica, que é aquela originada da linguagem caracterizando essa com um produto das relações históricas de dominação nos espaços sociais, que passa a residir também nos espaços on-line (RECUERO; SOARES, 2013).

Tanto os profissionais de saúde, quanto os órgãos competentes da saúde, insistem em não reconhecer as práticas sexuais de mulheres lésbicas, camuflam sua discriminação em uma atitude desfavorável frente às lésbicas, o que as deixa à invisibilidade e à margem dos direitos à saúde (A2).

Em entrevista oriunda de um estudo acerca da visibilidade de pessoas trans na produção científica brasileira, um entrevistado afirmou que os sujeitos invisíveis só ganham lugar no discurso para imediatamente serem “mortos”, e essa morte seria, em um primeiro momento, simbólica através da discriminação e das nomeações negativas, agindo como perda de direitos básicos. As pessoas transexuais são vistas como invisíveis, indesejadas ou com menor valor, mas que podem servir a certos propósitos (A4).

A população LGBT foi retirada das diretrizes de políticas públicas que compõem o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; em 2019 houve a saída de um defensor da causa LGBT da câmara dos deputados em decorrência de ameaças de morte e discursos de ódio, que o mesmo e sua família vinham recebendo, motivadas por LGBTfobia (A8).

Dessa forma, delinea-se algum tipo de violência simbólica por trás dos crimes de ódio, muitos considerados como crimes que visam “dar um recado” a uma população tida como inferior pelos agressores, seja por conta de seu gênero, sua sexualidade, sua raça, sua religião, sua nacionalidade ou outra característica particular (A8).

Para Martins, Fernandez e Nascimento (2010), deve haver o fim da violência simbólica contra homossexuais e o controle sobre determinados grupos que promovem o ódio, a intolerância e a injustiça contra qualquer grupo social no país. Também é praticada a violência homofóbica pelos meios de comunicação, reforçando estigmas, discriminações e preconceitos, o que colabora para a veiculação e a perpetuação de valores dominantes de intolerância, ampliando a vulnerabilidade social dos

homossexuais.

As violências física e/ou sexual foram abordadas pelos estudos A7, A8, A9, A11, A12 e A13. O estudo A7 apontou que em 2017 o número de pessoas que chegaram a óbito devido a atos de violência pela não aceitação de sua identidade de gênero ou orientação sexual, foi de 445 vítimas. O artigo pontua também que uma pessoa trans ou travesti é expulsa de casa por volta dos 13 anos e, geralmente, é excluída do ambiente escolar, discriminada pelo sistema de saúde e rejeitada pelo mercado de trabalho.

Segundo A8, entre os meses de setembro e novembro de 2018 foram mais de 150 ataques praticados por intolerância política.

A12 traz que na 2ª Conferência Nacional LGBT, um militante do movimento LGBT no Brasil apresentou que “cerca de 70% da nossa comunidade já foi discriminada e 20% já sofreu violência física”.

No estudo A9, os jovens que reportaram maior nível de bullying, reportaram também maior nível de provocações homofóbicas e de assédio sexual posteriormente, ou seja, bullying e provocações homofóbicas foram preditores positivos para assédio sexual ao longo do tempo.

Segundo bibliografia norte-americana, há algumas peculiaridades entre jovens LGBT em relação àqueles que se identificam como heterossexuais, devido ao histórico mais frequente de violência sexual na família de origem e, também posteriormente, quando estão nas ruas (A13).

De acordo com Albuquerque et al. (2016), diversas podem ser as manifestações de violência psicológica à população LGBT, quais sejam: ameaças, humilhações, chantagens, cobranças para mudança de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual e proibição de socialização, o que ocasiona no afastamento de familiares e amigos.

Outro estudo salienta que a homofobia pode ser vivenciada pelos adolescentes através de violência psicológica, física e sexual, no contexto familiar, escolar e comunitário. O insulto homofóbico a adolescentes com atração sexual pelo mesmo sexo e em não conformidade de gênero possui relação com o declínio da saúde mental, impactando negativamente nos hábitos de vida e autocuidado dos adolescentes, como alimentação, padrão de sono e atividade física inadequados, com sintomas como dor de cabeça, estômago, no corpo, vômito e desmaio (A9).

Segundo relatório da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), no ano de 2012, através do Disque 100, a principal manifestação de violência

à população LGBT foi a psicológica, dentre as quais agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir sua liberdade ou, ainda, isolá-la do convívio social são também exemplos de violência psicológica (ALBUQUERQUE et al., 2016).

Em estudo realizado (A9), os autores constataram que, no Brasil, a vivência da homofobia durante a adolescência se apresenta na forma de bullying, vitimizações, insultos, violências, exclusão, o que pode ocasionar tristezas e adoecimento com implicações à saúde como aumento nos níveis de ansiedade, medo, sintomas depressivos, ideação e tentativa de suicídio.

No estudo A8, sobre Necropolítica político de destaque, discorreu preconceituosamente, entre outras atrocidades, sobre: o projeto kit anti-homofobia nas escolas, ao expressar que “[e]sses gays e lésbicas querem que nós, a maioria, entubemos como exemplo de comportamento a sua promiscuidade”; que prefere que um filho seu “morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo”. Quando a união estável entre homossexuais foi aprovada, o mesmo esbravejou ironicamente que “[o] próximo passo será a adoção de crianças por casais homossexuais e a legalização da pedofilia”.

Nesta categoria, verificamos os tipos de violência sofridas pela população LGBT, onde evidenciamos que a homofobia representa um grande fator para que as demais violências sejam desencadeadas e realizadas contra esta população.

VIOLÊNCIA À POPULAÇÃO LGBT: OS CAUSADORES DA DOR E DO SOFRIMENTO

A categoria foi composta pelos estudos A1 (CASSAL; BELLO; BICALLO, 2019), A2 (ARAÚJO et al., 2019), A3 (BRAGANÇA, 2019), A5 (FEITOSA, 2019), A6 (FERREIRA; SACRAMENTO, 2019), A7 (LEAL; MENDONÇA, 2019), A8 (MEDEIROS, 2019), A9 (MONGIOVI; ARAÚJO; RAMOS, 2018), A10 (MONGIOVI et al., 2018), A11 (APÓSTOLO; MOSCHETA; SOUZA, 2017), A12 (PEREIRA, 2017) e A13 (GARCIA, 2013).

Percebe-se os agressores à população LGBT, quais sejam: familiares, religiosos, profissionais de saúde, sociedade, policiais, políticos, mercado de trabalho, formuladores de políticas públicas, adolescentes e estudantes.

Os sofrimentos desencadeados em pessoas LGBT, frequentemente, são oriundos dos obstáculos que a família e a sociedade impõem para aceitar a orientação sexual e a

identidade de gênero de cada indivíduo, o que pode repercutir em todos os sentidos na vida do LGBT, causando danos psicológicos permanentes. Os autores Pinto et al. (2020) indicam que a violência psicológica caracteriza -se pelas ameaças, agressões verbais e a humilhação que essas pessoas tendem a ser expostas, o que pode acarretar a praticarem lesões a si próprios, principalmente quando se trata de um adolescente.

Souza et al. (2020) destaca que a saúde mental da população LGBT é lesada diariamente em decorrência da discriminação vivida constantemente pela sociedade, a qual afeta a qualidade de vida dos LGBTs. Além de tudo, é uma violação dos direitos humanos e, por não se sentirem acolhidos e amparados, podem desenvolver depressão, transtorno bipolar e até mesmo ideação suicida.

Os artigos A1, A9 e A13 expõem as violências física e sexual como as mais frequentes no contexto familiar, os quais relatam o impacto de sofrer algum tipo de violência dentro de casa. Conforme menciona A13, devido a rejeição e ao preconceito vivenciados no âmbito familiar, muitos se encontram em situação de rua, o que pode desencadear uma série de fatores psicológicos levando a tentativas de suicídio entre essa população (A1 e A9).

Assim como A1 e A9, o estudo de Braga et al. (2018) também referencia que a qualidade de vida e as tentativas de suicídio das pessoas LGBT estão relacionadas com a rejeição e a falta de receptividade da família após estes revelarem sua identidade de gênero. Os autores ainda expõem que muitos familiares se mostram preconceituosos em relação à orientação sexual, salientando, do mesmo modo que A13, que, entre as diversas reações por parte dos familiares, a expulsão de casa é uma realidade de muitos LGBTs, que passam a viver em situação de rua.

Essa perspectiva exposta em A13 vai ao encontro do que apontam os autores Campos, Mondardo e Moretti-Pires (2020), os quais consideram que a situação de rua de muitos LGBTs é o último recurso para a fuga da exclusão e violência as quais são submetidos pelos familiares. Para os autores, as mulheres, nessa situação, são expostas a uma maior vulnerabilidade ao assédio e à violência sexual, já os homens que têm relações sexuais com outros homens, além de violência sexual, são violentados fisicamente e, por medo, muitas vezes sujeitam-se a relações sexuais forçadas.

Os religiosos são apontados como agressores pelos estudos A1, A5, A6, A11, já que evangélicos e católicos regem suas crenças e discursos com muito conservadorismo no Brasil. Nesse sentido, A5 relata que é um dos desafios das políticas LGBT agenciar as mudanças no meio cultural e crenças para que as pessoas LGBT façam parte dessa

comunidade.

De acordo com Barros (apud WELZER-LANG, 2001, p. 460), o preconceito ocorre em virtude aos paradigmas relacionados à natureza dos homens, referindo-se à homossexualidade como pecado, o que ratifica o conservadorismo das religiões. Ademais, no estudo A11 discutiu-se acerca da generalização inapropriada de todos os religiosos como preconceituosos, uma vez que existem religiosos que acreditam na igualdade de direitos.

Os artigos A1 e A9, indicam o preconceito cometido pelo mercado de trabalho no que diz respeito à contratação e à permanência de um LGBT em um emprego fixo; caso o público seja infantil, isso pode ocorrer em decorrência à associação da orientação sexual com a pedofilia (A1).

Conforme Nunes (2017), há mais oportunidades de aceitação e empregos para gays, lésbicas e bissexuais, o que não é uma realidade para os transexuais, em decorrência da transfobia da sociedade. Dessa forma, inúmeras vezes essa população não encontra formas de capacitar-se profissionalmente, reduzindo ainda mais as chances de ingressar em um bom emprego.

Albuquerque et al. (2013), bem como A2, subscrevem que o preconceito e a discriminação cometida pelos profissionais de saúde é resultado da falta de preparo para acolher a população LGBT, o qual se faz necessário, visto que também são pessoas vulneráveis ao risco de contrair infecções sexualmente transmissíveis e outras doenças.

A violência decorrente da sociedade é causada principalmente pela identidade de gênero e, os que mais sofrem com os ataques são os rotulados como “gays afeminados”. Em decorrência do preconceito, muitas pessoas LGBT passaram a viver dentro dos padrões estabelecidos pela sociedade, com a intenção de serem mais aceitos e sofrerem menos ataques homofóbicos (A3). Corroborando, Aragusuku e Lopes (2017) alegam que isso ainda acontece pela influência que os movimentos conservadores e anti-LGBT têm sobre nossa sociedade.

No que tange à morte de travestis ser geralmente em idade inferior do que a idade das vítimas de latrocínio (roubo seguido de morte), policiais associam-nas a um modo de vida próximo da ilegalidade e compactuam que os familiares não os pressionam no tocante à investigação e à justiça referente às mortes prematuras (A5).

Nessa perspectiva, um estudo realizado através de grupo de facilitação de diálogo, a policial entrevistada declarou que, apesar de compreender o sofrimento que o preconceito pode acarretar a alguém, não podia defender o argumento de igualdade em

seu ambiente de trabalho, pois, apesar de testemunhar seus colegas policiais agindo contra pessoas LGBTQs, temia denunciá-los. Ainda neste mesmo estudo, um militante gay expôs sua triste experiência acerca do suicídio de seu companheiro, sobre o qual ele queria prestar depoimento, mas os policiais não quiseram saber (A11).

A atuação de órgãos da segurança pública relacionada à população LGBTQ ainda é muito falha. Por vezes os agentes de segurança atuam de forma negligente, preconceituosa e violenta. Policiais proferem xingamentos, como “veado” e “bicha”, têm abordagens violentas e, em segundo lugar, está a Polícia Civil, a qual é negligente em seu tratamento. Contudo, quando se trata de travestis, elas sofrem mais com o descaso devido a associações com prostituição, tráfico de drogas e pobreza (SILVA et al., 2020).

De acordo com A12, pesquisas citadas pelo Programa Brasil sem Homofobia (BSH) indicam que policiais, políticos e formuladores de políticas públicas, no tocante a violências nas escolas, em muitos casos, reforçam ou ignoram o preconceito e a violência homofóbica.

Conforme A6, líderes religiosos e políticos da direita vêm meticulosamente fomentando o discurso calunioso a todos que sejam antagonistas à heteronormatividade. Ainda nesse estudo é retratado que projetos de lei para criminalizar a homofobia são barrados pela bancada evangélica, mas, após anos de movimentos e lutas, a data de 13 de junho de 2019 passou a ser marcada como o dia em que o Supremo Tribunal Federal determinou que a homofobia passe a ser punida pela Lei de Racismo (7716/89), que hoje prevê crimes de discriminação ou preconceito por “raça, cor, etnia, religião e procedência nacional”.

Nesse sentido, em A8 discorre-se acerca do atual presidente do país, eleito em outubro de 2018, qual seja um político popularmente conhecido devido às suas posturas moralistas, conservadoras e declarações misóginas, racistas e LGBTQfóbicas.

Dessa forma, a visibilidade ou invisibilidade dessas minorias é resultado de um movimento político mais amplo, o qual fomenta os processos de invisibilidade dessas pessoas, de acordo com as ideologias heteronormativas impostas socialmente (A7).

Em A9 foram identificadas as implicações da vivência da homofobia sobre a saúde dos adolescentes. O estudo verificou que os adolescentes de sexo masculino apresentam mais atitudes homofóbicas, assim como apontou também a existência de homofobia no contexto escolar, sendo a lesbofobia predominante e o bullying verbal de motivação homofóbica como a terceira causa de agressão identificada pelos estudantes.

Nessa lógica, um estudo realizado com estudantes do ensino médio a respeito do

preconceito, apontou que os estudantes pensam que a homossexualidade é um problema que deve ser curado, assim como apoiam quando o assunto é impedir que as travestis entrem na escola vestidas como mulher, e acreditam que conviver com um homossexual influencia outras pessoas a se tornarem também homossexuais (NEVES; BATISTA; LEVANDOSKI, 2020).

Acerca da violência advinda de adolescentes e/ou estudantes, A10 apresenta um estudo em que há relatos de homofobia vivenciada através de olhares, insultos, exclusão, preconceito e discriminação que difamam a diversidade sexual do adolescente LGBT.

Nesta categoria, ao reaver os agressores por trás das violências contra a população LGBT, evidenciou-se o ambiente familiar como o primeiro lugar em que essas pessoas sofrem discriminação e preconceito, as quais, sem esse apoio familiar, tornam-se mais vulneráveis para enfrentar as violências vindas da nossa sociedade.

4 CONCLUSÃO

Evidenciou-se que o panorama dos achados científicos acerca dos tipos de violência mais frequentes a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros foram: preconceito, violência de gênero simbólica, física, psicológica e sexual. Por conseguinte, os agressores identificados foram familiares, religiosos, mercado de trabalho, profissionais de saúde, sociedade, policiais, políticos, formuladores de políticas públicas, adolescentes e estudantes. Mas, apesar disso, este estudo indicou alguns avanços no tocante aos direitos à população LGBT.

Quanto às consequências oriundas das violências acometidas aos LGBTs no Brasil, essas manifestam-se nos diversos espaços sociais, seja no local de trabalho, de assistência à saúde, ambiente familiar, escolar, religioso e, ocorrem através de xingamentos, desprezo, agressões, evasão escolar, dificuldades de acesso à saúde e à subsistência no mercado de trabalho.

Outrossim, é evidente a invisibilidade cotidiana das pessoas pertencentes à comunidade LGBT, entretanto, indivíduos enquadrados como lésbicas, travestis e transexuais são ainda mais vulneráveis do que os demais devido à visibilidade estereotipada.

Nesse contexto, as pessoas LGBTs são diariamente acometidas pela discriminação e preconceito, o que as torna vulneráveis à violência. Além disto, alusivo à assistência dos profissionais de enfermagem à população LGBT, essa é prestada de forma pouco efetiva em detrimento da Política Nacional de Saúde Integral LGBT,

resultando em ineficiência à assistência a essa população, bem como a baixa procura pelo serviço de saúde por parte de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

No que concerne às produções científicas tangíveis à temática, constatou-se escassez de pesquisas, limitações e, para além disso, a carência de conteúdos elaborados pelas (os) profissionais enfermeiras (os). Ademais, as limitações do estudo podem ser inferidas pela metodologia utilizada e a busca dos dados que contemplou as duas bases de dados.

Nessa lógica, faz-se necessário estimular e incentivar a produção de novos estudos, especificamente no âmbito da enfermagem, de modo que seja desconstruído o preconceito estigmatizado aos LGBTs. Em contrapartida, esses estudos devem encorajar as pessoas LGBTs a buscar visibilidade, respeito, acesso à saúde, entre outras condições básicas e dignas a qualquer ser humano.

Portanto, é urgente fomentar e contribuir à realização de pesquisas acerca deste público, de modo a retroceder a atual conjuntura tão antagonista à humanização para com a população LGBT. Assim sendo, reforçar estudos acerca do cuidado, inserção, visibilidade, credibilidade, notoriedade e respeito a essas pessoas, é primordial ao propósito de conscientização e desconstrução de uma sociedade composta por sujeitos intolerantes à diversidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar et al. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 516-524, 2013.

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar, et al. Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 100-111, 2016.

APÓSTOLO, Marcos Vinicius do Amaral; MOSCHETA, Murilo dos Santos; SOUZA, Laura Vilela e. Discursos e posicionamentos em um encontro de diálogo sobre violência a LGBTs. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 266-275, 2017.

ARAGUSUKU, Henrique Araújo; LOPES, Moisés. Preconceito, Discriminação e Cidadania LGBT: Políticas Públicas em Mato Grosso e no Brasil. **ACENO**, v. 3, n. 5, p. 242-258, 2016.

ARAÚJO, Luciane Marques de; PENNA, Lucia Helena Garcia; CARINHANHA, Joana Labradi; COSTA, Cristiane Maria Amorim. O cuidado às mulheres lésbicas no campo da saúde sexual e reprodutiva. **Revista enferm UERJ**, Rio de Janeiro, 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRAGA, Iara Falleiros et al. Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 3, n. 71, 2018.

BRAGANÇA, Lucas. Fragmentos da babadeira história *drag* brasileira. **Rev. Eletron. Comun. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 525-539, 2019.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Transexualidade e Travestilidade na Saúde**. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. OIT/UNAIDS/PNUD. Promoção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT no Mundo do Trabalho. **Construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesbo-transfobia**. 2 ed. Brasília, 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Proibição de doação de sangue por homens homossexuais é inconstitucional, decide STF**. Brasília: Praça dos Três Poderes. 2020. Disponível em:

<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443015&ori=1>.
Acesso em: 25 setembro 2020.

BRUM, Crhis Netto et al. **Metodologias da pesquisa para a enfermagem e saúde: da teoria à prática**. Porto Alegre: Moriá, p. 125-142, 2016.

CAMPOS, Dalvan Antonio de; MONDARDO, Heitor Cardosos; MORETTI-PIRES Rodrigo Otávio. Estado, Relações de Gênero e Violência Entre Moradores de Rua. **Saúde & Transformação Social**, v. 11, n. 2, p. 075-086, Florianópolis, 2020.

CASSAL, Luan Carpes Barros; BELLO, Héder Lemos; BICALLHO, Pedro Paulo Gastalho. Enfrentamento à LGBTfobia, Afirmação Ético-política e Regulamentação Profissional: 20 anos da Regulação CFP nº 01/1999. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.

FEITOSA, Cleyton. Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. **Revista Latino Americana – Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 32, p. 90-118, Brasília, 2019.

FERREIRA, Vinícius; SACRAMENTO, Igor. Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas. **Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 234-239, 2019.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. **Diversidade Sexual, Situação de Rua, Vivências Nômades e Contextos de Vulnerabilidade ao HIV/AIDS**. Temas em Psicologia, Sorocaba, v. 21, n. 3, p. 1005-1019, 2013.

LEAL, Bruno Souza; MENDONÇA, Carlos Camargos. Dilemas da visualidade jornalística das violências contra pessoas LGBTQ+ e contra mulheres heterossexuais no Brasil. **Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 261-272, 2019

LEAL, Carmen Helena Seoane et al. Vigilância de violências: considerações sobre as informações relativas às violências perpetradas contra a população LGBT no município de São Paulo. **Bis**, v. 19, n. 2, p. 155-161, dez. 2018.

MARTINS, Marco Antonio Matos; FERNANDEZ, Osvaldo; NASCIMENTO, Érico Silva do. Acerca da violência contra LGBT no Brasil: entre reflexões e tendências. *In: Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 1, 2010, Florianópolis.

MEDEIROS, Ettore Stefani. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. **Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 287-300, 2019.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.

- Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621- 626, 2012.
- MONGIOVI, Vita Guimarães; ARAÚJO, Ednaldo Cavalcante de; RAMOS, Vânia Pinheiro. Implicações da homofobia sobre a saúde do adolescente. *Rev enferm UFPE On line*, v.12, n.6, p. 1772-1780, Recife, 2018.
- MONGIOVI, Vita Guimarães, et al. Educação em saúde na escola para o enfrentamento à homofobia. **Rev enferm UFPE On line**, v. 12, n. 6, p. 1817-1823, Recife, 2018.
- NEVES, Francisco de Jesus; BATISTA, Erika de Souza; LEVANDOSKI, Gustavo. Visões preconceituosas e homofóbicas de estudantes do ensino médio. **TEXTURA – Revista de Educação e Letras**, v. 22, n. 49, p. 5-21, 2020.
- NUNES, Raul da Silva. **Homossexualidade e ambiente de trabalho**. Brasília, 2017.
- OLIVEIRA, Sérgia Rodrigues de et al. O Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família e o Cuidado à População LGBT. *In: International Nursing Congress*, Universidade Tiradentes, p. 9-12, 2017.
- PEREIRA, Matheus Mazzilli. Da Saúde Pública à homofobia: spillover e as transformações nas reivindicações do movimento LGBT em interações com o Estado. **Psicologia Política**, v. 17, n. 38, p. 141-165, 2017.
- PINTO, Isabella Vitral et al. Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020.
- RECUERO, Raquel; SOARES, Pricilla. Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”. **Galaxia**, São Paulo, n. 26, p. 239-254, 2013.
- RODRIGUES, Niki Gomes; SILVA, Cícera Henrique da; ARAUJO, Inesita Soares. Visibilidade de pessoas trans na produção científica brasileira. **Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 658-670, 2019.
- SILVA, Adriano da et al. A violência homofóbica no Rio de Janeiro a partir do jornalismo digital. **Interface**, Botucatu, 2020.
- SILVA, Adriene Maria da; et al. O olhar da enfermagem na assistência a pessoas trans (t3). **Enfermagem Revista**, Minas Gerais, v. 21, n. 3, p. 85-105, 2018.
- SILVA, Amanda de Cassia Azevedo da, et al. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. **Interface**, Botucatu, v. 24, 2020.
- SILVA, Diana Daiane, et al. Assistência de Enfermagem na Atenção Básica A População Homossexual da Cidade de Caicó-RN. **Temas em Saúde**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 271-296, 2018.
- SILVA, Lúcio Luiz Izidro da; SOUZA, Jane Felipe de. A violência de gênero no Brasil numa perspectiva da Broken Windows Theory. **Diversitas Journal**, v. 5, n. 1, p. 130-141, 13 jan., 2020.

SILVA, Maria Aparecida da; LUPPI, Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1723-1734, Rio de Janeiro, 2020.

SOUZA, Aline Basso de et al. Os impactos do preconceito social e familiar na saúde mental das lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais. **Research, Society and Development**, v. 9, n.4, 2020.

SOUZA, Camila Cristina de Castro. **Políticas públicas para população LGBT no Brasil: do estado de coisas ao problema político**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/politicas-publicas-para-populacao-lgbt-no-brasil-do-estado-de-coisas-ao-problema-politico-.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de et al. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 767-776, abr. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000400767&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2020.

SOUZA, Wilians Ventura Ferreira; FELICIANO, Carlos Alberto. Mapeamento dos crimes de ódio contra LGBT: uma leitura socioespacial da violência entre os anos de 2017 e 2018. **Revista Geografia em Atos**, São Paulo, v. 1, n. 16, 2020.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos feministas**, ano 9, v. 2, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2020.